



“CARTA DOS MOVIMENTOS SINDICAIS, POPULARES E SOCIAIS SOBRE A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE”.

O Brasil vive hoje sob a lógica hegemônica neoliberal em sua fase financeira, que se materializou com o golpe parlamentar-midiático-empresarial, a política macroeconômica, a natureza da política do pagamento da dívida pública, o esgotamento do modelo do presidencialismo de coalizão, a EC 95, o subfinanciamento das políticas sociais, o desmonte e a privatização do SUS. O processo em curso de desestruturação da Seguridade Social (Assistência Social, Previdência e Saúde) com a implementação da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência Social intensificarão as iniquidades e as desigualdades tão presentes no dia-a-dia da população.

Este cenário sócio-político-econômico exige uma ampla unidade de organização entre os mais diversos setores que se contraponha ao aprofundamento do desmonte das instituições voltadas para a garantia dos direitos sociais visando aglutinar forças sociais em prol da construção de uma agenda progressista que acumule potência em prol da defesa da CF 88 e da manutenção e ampliação dos direitos sociais do povo brasileiro.

Nesse sentido, a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde com o objetivo central de propor diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Vigilância em Saúde tem papel relevante para fortalecer a Promoção e a Proteção à Saúde como direitos fundamentais.

Desde agosto de 2016 até a realização da Etapa Nacional, entre os dias 21 e 24 de novembro, devem ocorrer atividades preparatórias, conferências livres e as etapas municipais e/ou macrorregionais e etapas estaduais; além de outras atividades de alta relevância, visando propiciar a ampla participação da sociedade.

A participação das trabalhadoras e dos trabalhadores e militantes dos movimentos populares e sociais são essenciais para que as pautas, tais como, das iniquidades e

desigualdade, da diversidade e da pluralidade social, étnica, de gênero, LGBT, geracional e cultural e das condições de trabalho, estejam presentes nos processos de debates e deliberações da Conferência.

Assim, nós, Movimentos Sindicais, Populares e Sociais, presentes no “*Seminário Preparatório da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde com Foco no Trabalho*”, organizado pelo Conselho Nacional de Saúde e realizado nos dias 18 e 19 de julho de 2017, na cidade de São Paulo firmamos o nosso compromisso com a construção da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, contribuindo para o enfrentamento de desafios, tais como:

- Defender o Estado Democrático e a Saúde como Direito Constitucional de toda cidadã e de todo cidadão.
- Defender e fortalecer o SUS e a Seguridade Social para dar materialidade ao Estado de proteção Social
- Defender condições estruturais e trabalhistas para a consolidação de uma Política de Vigilância em Saúde integradas às demais dimensões do SUS.
- Fortalecer o território como espaço fundamental para a implementação da política e das práticas da Vigilância em Saúde, integradas com os demais setores do sistema, principalmente com a atenção à saúde.
- Buscar a garantia do financiamento baseado nas condições epidemiológico-sanitárias e determinantes sociais da saúde.
- Garantir o Controle Social como a forma mais expressiva da Democracia Participativa conquistada pelo povo brasileiro.
- Lutar pela articulação das vigilâncias para o fortalecimento da Vigilância em Saúde que seja:
 - Integrada com o modelo de atenção;
 - Resolutiva para o enfrentamento das vulnerabilidades e para a redução dos fatores de risco e promoção de fatores de saúde;
 - Promotora da redução de desigualdades, que promova as ações com equidade, impedindo preconceitos e violências institucionais, promovendo o reconhecimento e o respeito às especificidades de cada segmento populacional..
 - Alicerçada em ações coletivas, intersetoriais e interdisciplinar
 - Efetivada em todos os níveis de Atenção à Saúde
 - Integrada a uma Política Habitacional específica para a população em situação de rua, sendo a moradia um direito fundamental e um dos princípios

para a integralidade da promoção à saúde, uma vez que a moradia, além de se referir diretamente à saúde ambiental, é a principal estratégia que possibilita escolhas de promoção e proteção à saúde. De modo a garantir que as necessidades sociais orientem as opções do modelo de gestão, conforme previsto no Subeixo 4 da 1ª CNVS (“Vigilância em Saúde Participativa e Democrática para o Enfrentamento das Iniquidades Sociais em Saúde”).

Assim, elencamos algumas propostas a serem encaminhadas para deliberação nas etapas municipais e/ou macrorregionais e Estaduais:

- Desenvolver ações educativas para a comunidade sobre os temas de vigilância em saúde.
- Fortalecer a REDESUS e a Política de Educação Permanente
- Implementar as recomendações da OIT sobre o Trabalho Decente – promoção de oportunidade às trabalhadoras e aos trabalhadores com liberdade, equidade, segurança e dignidade humana;
- Inserir o tema “Vigilância em Saúde do Trabalhador” em todas as Escolas da Saúde Estaduais.
- Desenvolver a capacitação em Saúde do Trabalhador em todos os níveis da vigilância em saúde.
- Desenvolver ações integradas da Saúde do Trabalhador nas práticas e saberes de todas as vigilâncias.
- Fortalecer os CERESTs
- Os Conselhos de Saúde (municipal, estadual e nacional) devem emitir Resoluções sobre a Capacitação e Formação continuada para as (os) agentes de saúde com foco na Saúde do Trabalhador para ampliar o “olhar” destes agentes nas visitas (e vistorias) nas residências e empresas.
- Capacitação permanente da equipe técnica da saúde para o atendimento da população em situação de rua, nos diferentes níveis de responsabilidades e esferas da gestão: federal, estadual e municipal; com apoio irrestrito dos órgãos: Ministério Público e Defensorias Públicas.
- Examinar as condições de vida da população em situação de rua, organizando intervenções nos respectivos territórios, incidindo, como também preceitua o Documento Orientador da 1ª CNVS (p. 22), “nas políticas e mecanismos regulatórios de todos os setores econômicos, sociais e ambientais que tenham relação com a saúde”.

- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral das populações do Campo, Florestas e das Águas.
- Fortalecer a vigilância das doenças tropicais
- Atualizar o Código Sanitário – definir o papel e a atribuição do perfil epidemiológico e produtivo

São Paulo, 19 de Julho de 2017.